

Ricardo Sánchez Ortiz de Urbina, *El Orden Oculto. Ensayo de una Epistemología Fenomenológica* (Oviedo: Eikasía, 2021). 340 pp. ISBN: 978-84-15203-57-5.

Não temos qualquer dúvida em considerar que a publicação de *El Orden Oculto* constitui um acontecimento editorial maior. O autor, nome cimeiro dos estudos fenomenológicos contemporâneos, apresenta nestas páginas aos seus muitos leitores atentos uma obra que atrai pela rara profundidade, que surpreende pela clareza e que fascina pela vastidão temática. É um livro incontornável, que se posiciona indubitavelmente na galeria de textos originais através dos quais a empresa fenomenológica, enquanto tarefa viva e interminável, hoje se continua a fortalecer.

O objetivo central do ensaio, tal como o explicita o subtítulo da obra, é o de investigar “uma possível epistemologia fenomenológica” (p. 19). O ponto de partida deste projeto, tal como o autor o apresenta nas páginas particularmente aliciantes do prólogo, toma como base a “catástrofe da epistemologia clássica” de cujos escombros emerge, com a “revolução quântico-fenomenológica” (p. 8), uma epistemologia propriamente fenomenológica no contexto da qual a física contemporânea e a filosofia (embora se tendam a ignorar mutuamente) não só trabalham, de facto, em paralelo, como “se iluminam reciprocamente”. Tal diálogo entre a revolução da física e a revolução fenomenológica explica-se pela crítica e superação comum do modelo naturalista clássico (da ciência e da filosofia), à luz do qual se concebiam as ramificações especializadas e sucessivamente mais complexas da realidade como modos de um desenvolvimento “em continuidade”. Dito de outro modo, a epistemologia clássica estabelecia a continuidade da série natural ao longo da matéria não organizada, da organização molecular, da organização da matéria viva, da matéria organizada e animada, até ao “ser material, organizado, vivo, animado e ‘humano’” (p. 7). Um tal esquema “naturalista” conformar-se-ia, enfim, com uma consideração da realidade como “em-si” acessível eideticamente, algo que, no horizonte clássico, se adequava perfeitamente à situação da ciência inspirada pela mecânica newtoniana. Mas quando tal horizonte se confronta com as revoluções da nova física – relativista, probabilística (ou *transprovável*), rigorosa mas *indeterminística*, atenta à incoerência de fenómenos a diferentes escalas e convencida da não-identidade das sínteses – torna-se insustentável. O mais curioso neste cruzamento da história é que tais traços da nova física reúnem “características partilhadas com a filosofia fenomenológica” (p. 8). Na verdade, a “revolução quântico-fenomenológica” representa, segundo o autor, um mesmo movimento de fundamento epistemológico: a superação da falsa continuidade da série naturalista pressuposta pela ciência clássica. Nessa superação, física e filosofia fenomenológica esclarecem-se mutuamente no modo de considerarem um “natural” que se descreve, no seu aparecer, sem recurso a um suposto “em-si” objetivo e com base num “eidetismo que permanece controlado pela subordinação do *eidós* à *intentio*”.

“A conjugação de ambos os estados, estado quântico e estado do fenómeno enquanto tal, que afasta o eidetismo, é o que produz a catástrofe da epistemologia

clássica e a sua ampliação como epistemologia fenomenológica” (p.9). Neste sentido, a epistemologia é fenomenológica por definição e princípio. Na sua base, de facto, encontra-se a abertura do campo intencional como espaço que se interpõe entre *epoché* e *redução*, campo que impõe os seus níveis à dimensão natural (nível quântico, relacionado com o nível transcendental; nível molecular bioquímico, em correlação com o nível intencional de intermediação; nível de “animação”, que tem correspondência com o nível intencional objetivo), que sustenta as ciências eidéticas naturais e humanas e que permite dar conta da anábase reiterada na verticalidade do conhecimento artístico e religioso (pp. 307-328).

Na obra que aqui apresentamos, tal epistemologia fenomenológica traça-se – no entrelaçamento que leva física e filosofia a reunirem-se, desde logo, em torno de um *sentido a fazer-se* do “natural” – ao longo de nove capítulos (de nove estratos?). O capítulo que se segue ao prólogo é dedicado ao “campo intencional” (pp. 21-49). Trata-se, na terminologia do autor, “do campo da segunda dimensão do real”, aquela que se desdobra a partir do “*progressus*, todavia naturalista, da *epoché* e que chega de um golpe (*hypérbasis*) ao nível do sentido humano” (p.19). O segundo capítulo (pp. 51-91) corresponde ao plano do “campo eidético”, aqui entendido como “campo unitário” que constitui a “terceira dimensão do real” e “dá a forma” às aplicações que configuram os níveis da série “naturalizada”. Os capítulos terceiro (pp. 93-130) e quarto (pp. 131-167) são dedicados à epistemologia das ciências naturais, respetivamente, ao modelo da física quântica na consideração da organização inicial da matéria no nível originário e do modelo das ciências físico-químicas e biológicas na análise da “organização da matéria no nível intermédio”. O capítulo quinto (pp. 169-203) trata da organização dos seres animados e, deste modo, dos pressupostos epistemológicos da etologia. Avulta neste capítulo, em particular, uma discussão da questão epistemológica da “animalidade”, que o autor desenha, coerente com os seus pressupostos, sobre a base de um contexto científico e filosófico entrecruzado, sendo este último, no caso vertente, estabelecido sobre um diálogo crítico entre Heidegger e Marc Richir. No capítulo sexto (pp. 203-235) abordam-se as ciências humanas, tal como se estruturam, no campo intencional, em partições sucessivas que se desdobram a partir da universalidade humana do nível originário. Destacamos duas dessas partições: a sociologia e a política. Estas serão duas fronteiras específicas entre o nível intencional médio e o nível objetivo da *praxis* (p. 217), níveis que se confundem de múltiplos modos (nomeadamente, com a cultura e a economia) o que torna difícil considerar, neste contexto, o aparecimento de “formas enquanto formas” e a respetiva “ordem oculta”. O sétimo capítulo (pp. 237-271) é dedicado à “arte” entendida como “conhecimento” que resulta da “inversão do campo intencional”. Mais precisamente, a arte é um conhecimento que “parte da *desobjetivação* do técnico e acaba na experiência estética no nível do sentido humano” (p. 20; 237). Este é um capítulo com uma força teórica inegável. Trata-se de dar conta da seguinte circunstância fundamental: “a arte não está destinada a simetrias belas, mas ao conhecimento da realidade em circunstâncias excecionais, quando não são suficientes os recursos intencionais habituais” (239). Neste sentido, a arte, por um lado, inscreve-se no cam-

po intencional, sem admitir elementos eidéticos; por outro lado, “produz-se como *interrupção da anábase* intencional na reiteração do *progressus*”, interrupção essa que produz um *cerrar de fantasias percetivas* que constituem uma “forma” de algo que não é objetivo, nem posicional. Esta interrupção da forma *anabásica* é, no entanto, transitiva e “desliza imediatamente para o nível originário onde se termina a experiência estética” (p. 240). Poderia dizer-se que o “conhecimento artístico” atua “recorrendo ao campo intencional desde baixo até cima: objeto técnico / *des-objetivação* e *des-significação* / experiência estética” (p. 273). Esta referência prepara o núcleo temático do derradeiro capítulo da obra, no qual encontramos uma consideração do “conhecimento religioso frente à transcendência absoluta” (pp. 273-306). Trata-se, para o autor, de aqui assumir um capítulo incontornável da epistemologia fenomenológica.

Na verdade, se a epistemologia fenomenológica “reconhece a pluralidade e diversidade de formas de conhecimento” (p. 273), não poderia certamente ignorar essa última forma – “indubitavelmente mais problemática” (p. 273) – que é “o conhecimento religioso”. A ligação com o conhecimento artístico prepara o terreno da análise: conhecimento artístico e conhecimento religioso inscrevem-se ambos “na vertical do campo intencional” e parecem fazer-nos assomar a “profundidades que resultavam inacessíveis ao conhecimento objetivo e às ciências eidéticas naturais e humanas” (p. 274). O carácter problemático do conhecimento religioso, neste contexto, é precisamente o de se abrir a um “território” desconhecido da transcendência, cujas raízes estarão fora da linguagem, fora do tempo e fora do espaço. Com efeito, trata-se aqui de considerar “uma possível transcendência vertical”, uma “transcendência vertical absoluta” (p. 273), por princípio, sempre *em fuga*. Nestas lonjuras da investigação fenomenológica, enfim, o “enigma do sentido” faz-se acolhimento, na “verticalidade” ascendente, do que é absolutamente enigmático e extravasa não apenas o simbólico, mas o próprio sentido humano *in fieri* (p. 275).

A importância e o interesse de *El Orden Oculto* dificilmente poderão ser exagerados. Recomendamos vivamente a leitura.

Luís António Umbelino

Universidade de Coimbra – DFCI

Unidade I&D CECH

ORCID: 0000-0002-5242-4863

DOI: https://doi.org/10.14195/0872-0851_61_8